

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Os *vistos gold* foram uma criação do Governo PSD/CDS-PP, em 2012, cujo objectivo publicitado seria o facilitar a captação de investimento e promover a criação de emprego. Dados publicados no fim de maio mostram precisamente o contrário.

Desde a sua criação, em outubro de 2012, apenas 11 dos 6.279 *vistos gold* atribuídos corresponderam a criação de emprego. Ou seja, 0.17% do total. 338 *vistos gold* devem-se a transferências de capital. A esmagadora maioria (5.930) ficou a dever-se à compra de imóveis com valor mínimo de 500 mil euros, contribuindo para a subida dos preços das casas. Para além do imobiliário de luxo, há também aquisições de prédios nos centros históricos de Lisboa e Porto, que serviram para despejar os seus moradores e que, nalguns casos, são transformados em alojamento local ou ficam vazios. No mesmo sentido, dados de maio clarificam que, dos 120 *vistos gold* atribuídos no corrente ano, 114 foram por via da aquisição de imóveis.

Até ao fim de 2017, a grande fatia dos beneficiários dos *vistos gold* veio da China (3.854), seguindo-se o Brasil (553), África do Sul (246), Rússia (219) e Turquia (213). Sabemos também que este tipo de instrumento permitiu igualmente que outras 6.637 pessoas de nacionalidade não portuguesa passassem a ter uma autorização de residência ao abrigo do reagrupamento familiar.

Sem impacto comprovado na criação de postos de trabalho, urge avaliar com rigor o impacto desta medida no aumento dos preços da habitação, nomeadamente nos municípios, como os de Lisboa ou Cascais, entre outros, onde a especulação está a escorraçar dos centros urbanos e do acesso à habitação faixas da população, como os/as jovens e as pessoas idosas. É entendimento do Bloco de Esquerda que o conhecimento e divulgação de dados sobre esta realidade é uma exigência e um direito.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Administração Interna, requerer:

1. Dados precisos relativos à atribuição de *vistos gold* para a aquisição de imóveis nos municípios abrangidos pelas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, desagregados por concelho e por ano, desde a implementação da medida;
2. Todos os estudos solicitados pelo Governo para avaliação do impacto desta medida nos preços da habitação nos municípios referidos;
3. Todos os estudos solicitados pelo Governo sobre a criação de postos de trabalho indiretos decorrente do investimento em imobiliário justificativos da atribuição de *vistos gold*.

Palácio de São Bento, 25 de junho de 2018

Deputado(a)s

JOSÉ MANUEL PUREZA(BE)